



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

Presidente: Exmo. Sr. José Diogo

Secretários: Exmos. Srs. Celmira Sacramento

Nenésio Afonso

Mohamed da Glória

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 30 minutos.

Antes da ordem do Dia. – O Sr. Presidente (Levy Nazaré) convidou o Sr. Deputado Mohamed da Glória (MLSTP/PSD), para ocupar o lugar na Mesa.

Procedeu-se à tomada de posse de Deputados substitutos à Assembleia Nacional.

Em declaração política, o Sr. Deputado José Carlos Cabral (ADI) fez o balanço da governação do XVI Governo Constitucional e felicitou o Governo pelas acções realizadas.

Os Srs. Deputados Danilson Cotú e Delfim Neves (PCD) interpelaram à Mesa sobre o não empossamento do Deputado do seu Grupo Parlamentar, o que mereceu a resposta da Mesa.

Em declaração política, o Sr. Deputado Felisberto Afonso (UDD) referiu-se aos problemas que afectam o sector agrícola, tendo apelado à intervenção do Governo.

Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Maria das Neves (MLSTP/PSD) manifestou a sua preocupação em relação à preparação para o acolhimento do concurso Miss Face Universo no País, bem como a falta de água na Praia Cruz, em que apelou às autoridades competentes a assumirem a responsabilidade.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado José António (ADI) felicitou o Governo pela conclusão da estrada na localidade de Água Creola e pela realização da Mesa Redonda em Londres.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD) afirmou que uma atenção particular deve ser dada aos Deputados jovens, apelou ao cumprimento do estabelecido no Plano Estratégico da Assembleia Nacional, e por último interpelou à Mesa e ao Governo sobre os requerimentos enviados.

Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Ana Rita (MLSTP/PSD) questionou à falta de

informação sobre a Mesa Redonda *STeP IN London*, realizada em Inglaterra.

O Sr. Presidente Interino (Levy Nazaré), ao fazer o balanço da 2.ª Sessão Legislativa da Assembleia Nacional, referiu-se à quantidade incipiente de diplomas produzidos, questionou o prolongado período de férias e apelou a uma maior produção legislativa na 3.ª Sessão Legislativa.

Ordem do Dia. – Foi aprovado, na generalidade, especialidade e em votação final global, os projectos de resolução n.º 32 e 33, que dão assentimento para o Sr. Presidente da República se ausentar do País, com destino à República Portuguesa e à República de Angola. Interveio o Sr. Deputado Evaristo Carvalho (ADI).

Foi aprovado, na generalidade, especialidade e em votação final global, a proposta de lei n.º 03/X/2.ª/2015 – Regime Jurídico de Cidadãos Estrangeiros. Intervieram, a diverso título, além do Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Afonso Varela), que procedeu à apresentação do diploma e dos Srs. Deputados Idalécio Quaresma (ADI) e Arlindo Santos (ADI), que leram respectivamente os pareceres da 1.ª e 2.ª Comissão Especializada Permanente, os Srs. Deputados Bilaine Ceita (ADI), Ana Rita (MLSTP/PSD), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD), Felisberto Afonso (UDD), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Joaquim Afonso (ADI) e José António (ADI).

Foi aprovado, na generalidade, o projecto de lei n.º 03/X/2.ª/15 – Protecção de Dados Pessoais. Intervieram os Srs. Deputados José Manuel (ADI), que fez a apresentação do Diploma, Alda Ramos (ADI) que leu o parecer da 1.ª Comissão Especializada Permanente, e por último Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 12 horas e 35 minutos.

O Sr. **Presidente** (Levy Nazaré): — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem
Alda Quaresma d' Assunção dos **Ramos**
Ângela dos Santos Ramos José da Costa **Pinheiro**
Arlindo Quaresma dos Santos
Berlindo Branco Vilela **Silvério**
Bilaine Carvalho Viegas **de Ceita**
Celmira d'Almeida do **Sacramento**
Egrinaldo de Carvalho Viegas de Ceita
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Gabriel Barbosa dos Ramos
Idalécio Augusto **Quaresma**
Ismael da Glória Espírito Santo
Ivo Mendonça da **Costa**
Joaquim Salvador **Afonso**
Jorge Sousa Pontes **Amaro** Bondoso
José António do Sacramento **Miguel**
José **Carlos Cabral** d'Alva
José Manuel Macumbo Costa Alegre
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça José **Narciso**
Mário **Fernando**
Martinho da Trindade **Domingos**
Nenésio Quaresma **Afonso**
Ossáquio Perpétua **Riôa**
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Salcedas d'Alva **Teixeira** Barros
Sebastião Lopes **Pinheiro**
Silvestre **Moreno** **Mendes**
Wilder **Monteiro** dos **Santos**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Ana Isabel Meira **Rita**
António **Monteiro** Fernandes
Arlindo **Barbosa** Semedo
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Brito Vaz d'Assunção do Espírito Santo
Danilo Neves dos **Santos**
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Dionísio Leopoldino **Fernandes**
Jaime Pires **Sequeira** de **Menezes**
José Maria **Afonso** de **Barros**
Marcelo Lopes de **Andrade** **Boa Esperança**
Maria **Conceição** de Barros Martins **Pinheiro** do Espírito Santo
Maria das **Neves** Batista de Sousa
Mohamed Guadalupe Ramos **da Glória**
Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**
Filomena Maria de Fátima Dias Xavier de Pina dos Prazeres

União dos Democratas para a Cidadania e Desenvolvimento (UDD):

Felisberto Fernandes Afonso

O Sr. **Presidente**: — Para compor a Mesa, gostaria de convidar um deputado do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, mais novo, para ocupar o lugar de Vice-Secretário.

Sra. Secretária da Mesa, convido-a a proceder à leitura do Termo de Posse.

A Sra. **Secretária** (Celmira Sacramento): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

A Mesa vai proceder ao empossamento de novos deputados, gostaria de desejar desde já, que sejamos todos bem-vindos a esta 3.^a Sessão legislativa da X Legislatura.

«Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional: Aos vinte nove dias do mês de Outubro do ano dois mil e quinze, compareceram perante o Plenário da Assembleia Nacional os Srs. Deputados substitutos: Maria Conceição de Barros Martins Pinheiro do Espírito Santo, Marcelo Lopes de Andrade Boa Esperança e Welsy Quaresma de Ceita Monteiro da Mata, em substituição dos Srs. Deputados Aérton Crisóstomo, António Barros e José Luís Xavier Mendes dos Círculos Eleitorais da Região Autónoma do Príncipe e de Água Grande, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos:»

Os Srs. Deputados prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional Interino, já assinado pelos empossados e por mim, a Secretária da Mesa, que o lavrou.»

O Sr. Welsy Quaresma de Ceita Monteiro da Mata não está presente.

O Sr. **Presidente**: — Não estando presente, tomará posse numa outra sessão.

Feita a leitura do Termo de Posse, felicito os colegas que acabaram de ser empossados e desejo-vos sucessos na missão de representar o povo são-tomense.

Sejam bem-vindos!

Temos no período de antes da ordem do dia as declarações políticas e gostaria de pedir aos respectivos grupos parlamentares para fazerem o uso da palavra. Começo pelo Grupo Parlamentar do PCD, mas neste momento não se encontra ninguém presente. Passaria então de imediato ao Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD para fazer a sua declaração política, se houver.

Não havendo, o Grupo Parlamentar do ADI pode fazer a sua declaração política.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado José Carlos Cabral vai fazer a declaração política.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Cabral.

O Sr. **Carlos Cabral** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados: «Em nome da Bancada do ADI, partido vencedor das últimas eleições legislativas, gostaria de saudar a todos, Sras. e Srs. Deputados, na esperança de que as férias parlamentares tenham servido, também, para uma reflexão profunda sobre a nossa actuação, enquanto representantes do povo desta Casa da democracia.

Foi há pouco mais de um ano que o povo deu uma maioria parlamentar ao partido ADI e, por conseguinte, a responsabilidade de governar. O ADI, juntamente com o seu Líder, Dr. Patrice Trovoada, tem levado o acto de governação com muita responsabilidade, indo por etapas, cumprindo as promessas eleitorais, introduzindo algumas melhorias na vida da população.

Não tem sido fácil, todos nós temos a plena consciência disso, mas com o trabalho e o empenho de todos levaremos este país a dias melhores.

No decorrer deste período de pouco mais de um ano, mesmo com o orçamento aprovado no meio do ano, foram várias acções levadas a cabo por este Governo, apesar da conjuntura internacional ter sido muito difícil.

Nunca é demais salientar que neste período foi possível concluir algumas obras, tais como: água de Praia Gambôa, estrada de S. Marçal, estrada de Água Crioula, reinício da Estrada Nacional n.º3, que liga a cidade capital a Monte Café, obras de melhoria, instalações da energia eléctrica, e aí temos de salientar a chegada desse bem precioso que deixou de ser um luxo, a Vila de Malanza, onde felicitamos o Governo pelo esforço feito. Foram precisos 40 anos para que a energia eléctrica chegasse aos residentes desta parte do território nacional.

Não foram só estas obras. Nós citamos algumas, como exemplo, das acções levadas a cabo pelo Governo. Por conseguinte, até este momento, fazemos um balanço positivo das acções do Governo e estamos convictos que até o final desta Legislatura teremos um país diferente, um São Tomé e Príncipe melhor.

Sras. e Srs. Deputados, a situação internacional não tem sido favorável, mas o Governo liderado pelo Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada, tem feito de tudo para encontrar soluções, com vista a resolver os problemas mais gritantes da população. Neste sentido, foi realizado com êxito, nos dias 14 e 15 de Outubro, STP In em Londres, em que foram apresentados aos nossos parceiros de desenvolvimento as grandes linhas de agenda de transformação de São Tomé e Príncipe, como o horizonte 2030.

Gostaríamos, em nome da bancada, felicitar o Governo por mais este evento e a sua visão estratégica na mobilização de recursos e a apresentação das nossas vantagens comparativas. Desde já, desejamos ao Governo empenho e força nesta árdua tarefa.

Aproveitamos este palco para, mais uma vez, manifestar a nossa total disponibilidade e abertura para discutir e trabalhar com todos os assuntos de interesse relevante para o País, assuntos esses que vêm ajudar a melhorar as condições de vida da população; criar um clima de confiança interna entre todas as forças vivas da Nação e de confiança para todos os que queiram investir em São Tomé e Príncipe. Mas não contem connosco para assuntos de índole pessoal e tudo o que não dignifica o bom nome do País e do povo.

Reafirmamos o nosso engajamento com as políticas do Governo, particularmente no sector social, destacando a situação vivida ao nível da educação, no qual pedimos o bom senso de todos os intervenientes para que possamos ter uma educação de qualidade, qualidade esta que todos reclamamos, exigimos e precisamos, tendo em conta a nossa visão e expectativa do futuro.

Reiteramos a nossa confiança no Governo e encorajamos as suas acções que visam sobretudo: levar água e energia eléctrica a todas as comunidades que dela necessitam; continuar a apoiar os agricultores, horticultores e criadores de animais e os pescadores que necessitam de apoio; continuar a melhorar as nossas estradas e vias de acesso; continuar a apoiar os jovens com a política de micro-créditos, incentivando o empreendedorismo e criação de postos de emprego; buscar sempre o capital estrangeiro para investir no nosso país, criando mais postos de emprego, bem como diversificando e realçando a nossa economia; apoiar sempre o empresário nacional, permitindo maior competitividade; tomar medidas urgentes de modo a mitigar o impacto da crise económica financeira internacional no mercado interno; e continuar com as reformas estruturantes da nossa administração, tornando-a menos pesada, mais eficaz e eficiente, de modo a aproximar mais os cidadãos do Estado, reforçando o espírito patriótico, entre outras acções.

Sras. e Srs. Deputados, certamente, uma boa parte desta sessão estará consagrada fundamentalmente à análise e aprovação do Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano para o ano 2016, entretanto, a nossa bancada tem em vista a introdução de alguns pacotes legislativos com grandes impactos positivos na vida da nossa população.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Depois de ouvida a declaração política da Bancada do ADI, de acordo com o artigo 83.º do Regimento, temos assuntos de interesse político relevante que os grupos parlamentares apresentaram, nomeadamente MLSTP/PSD e o ADI, e o Deputado da UDD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú, para uma intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, gostaria, primeiro, de reconhecer que o candidato a ser empossado chegou um pouco tarde, mas é também verdade que houve uma alteração de algo que é uma prática constante nesta Casa, porque eu, particularmente não ouvi o toque de costume. Quando se muda uma prática, é normal, acho eu, que se comunique previamente às pessoas. Assim não foi feito, por isso, estive aqui a olhar rapidamente o Regimento e não vi nada aqui que impeça o candidato de ser empossado. Por isso, eu gostaria de saber da Mesa se existe algo que impede, se existe respeitarei, caso não, gostaria que desse posse ao candidato.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Danilson Cotú, quero dizer-lhe que tive reuniões com os presidentes das Comissões e também com a Comissão Permanente e eu havia pedido a todos os grupos parlamentares para melhorarmos a nossa performance em relação ao horário.

Eu havia pedido isso, logo, para dizer que o anúncio, pelo menos dessa prática de nós atrasarmos muito o início dos nossos trabalhos, foi avisado atempadamente a todos os grupos parlamentares.

Quanto ao toque, não sei se houve ou não, mas todos receberam a comunicação de que o horário era às 9 horas. Quanto à questão da tomada de posse, se não me invocar, onde diz no Regimento que se tem que tomar posse, existe uma ordem de trabalho e é esta ordem que estamos a seguir e não vamos, obviamente, voltar atrás, a não ser que a Assembleia assim o delibere, porque já passamos a tomada de posse, entramos na declaração política e não vamos voltar atrás para outra vez passar a essa fase. Para mim não há nenhum problema de o candidato tomar posse, mas é bom evitar essas situações.

A minha opinião é de seguirmos com o nosso trabalho e o candidato toma posse na próxima sessão plenária, a não ser que o Plenário assim delibere.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, gostaria de esclarecer a questão. Acho que estamos no período de antes da ordem do dia. O que não pode ser alterado, a menos que haja o consenso de todos os deputados, sem um voto contra, é a ordem do dia. Ainda estamos no período de antes da ordem do dia e o que está no Regimento não diz que, se houver uma acção no período prévio à ordem do dia, não pode haver outra acção só porque a outra já antecipou.

Portanto, acho que não está aqui em causa a alteração da ordem do dia. O Regimento só diz que a ordem do dia não pode ser alterada sem o consenso prévio do Plenário, salvo se houver um voto contra, naturalmente, não se pode alterar. E nós estamos ainda no período prévio à ordem do dia. Peço desculpa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, como eu havia dito, os trabalhos têm um agendamento e esse agendamento, penso, saiu da Conferência dos Líderes, eu não estive presente, mas foi presidida pela Sra. Vice-Presidente Maria das Neves. O que eu estou a dizer é uma questão de organização dos nossos trabalhos, se já passamos a fase mesmo antes do período da ordem do dia, se já passamos a fase do empossamento não vamos voltar atrás porque o Sr. Deputado chegou atrasado, no horário que estava marcado para às 9 horas. Por isso volto a dizer, para não pensarem que é uma decisão unilateral do Presidente, a não ser que a Assembleia assim o decida, se temos que chegar a esse caso.

Peço então que prossigamos com os nossos trabalhos.

Temos assuntos de interesse político relevante, a serem apresentados pela UDD, pelo MLSTP/PSD e o ADI, passo então a palavra ao Sr. Deputado da UDD para usar da palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, as minhas saudações. Tenho muitas questões a colocar, mas o tempo não me vai permitir.

Vou começar pela nossa vida quotidiana, que é a agricultura. Por causa do factor climático, a agricultura em São Tomé e Príncipe está numa situação precária. Todos os agricultores e os médios empresários em todas as partes do País estão numa situação lamentável e pedem a intervenção do Governo, por causa da seca nestes últimos seis meses.

O XV Governo do MLSTP/PSD, PCD e MDFM, liderado pelo ex-Primeiro-Ministro, Dr. Gabriel Costa, o mandato de 2013/2014, foi criticado pelo ADI que o País não andava bem, mas hoje o ADI tem a maioria absoluta, com o seu Governo formado e com o seu Primeiro-Ministro e cada vez mais a situação está pior...

Vozes: — É mentira!

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — ... São Tomé e Príncipe, está cada vez mais desorganizado a cada dia que passa.

O País está numa situação de crise económica, de crise institucional, de crise cultural, de crise social e tudo isso trouxe o aumento do desemprego, a fome, a miséria, frustração, vandalismo, etc. Ninguém mais consegue investir e as pessoas que investem não conseguem colher nada.

A água, energia, estradas, educação, saúde, são as obrigações do Governo, não é favor nenhum! O Governo tem a maioria absoluta, no entanto, convida-se o Primeiro-Ministro para a prestação de contas, ele não comparece. Qual é o receio?!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado seja mais sucinto porque o seu tempo já se esgotou, deve terminar a sua intervenção, por favor.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Por último, quero dizer ao Governo, que já tem um ano de governação, que não deve brincar com coisas sérias. No nosso mercado, o povo está a comprar o arroz a trinta mil dobras (STD 30.000,00). O arroz está no nosso porto há quase dois meses. Deve-se pôr o arroz nos armazéns para o povo comprar. Os Deputados que têm loja devem ter o direito de vender o arroz, os Presidentes das Câmaras, porque eles pagam os impostos e aqueles comerciantes que não pagam não podem vender o arroz por conta das Câmaras.

O arroz que o XV Governo deixou nos armazéns, foi todo sabotado para fazer a campanha. O governo Japonês não quer que nenhum governo faça a campanha com o seu arroz...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem mais tempo, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD cedeu-lhe 5 minutos do seu tempo. Por isso, tem mais 5 minutos.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Obrigado. Eu não estou aqui para brincadeiras, quero que este país dê um passo ...

Aplausos do PCD e do MLSTP/PSD.

... As pessoas que têm emprego estão desanimadas, que fará esses 75 % que vivem à sua sorte?!

Quero dizer-vos que toda a força do Estado está metida na política. O País está sem rumo!

A Polícia Nacional perdeu a autonomia, porque um polícia não pode mendigar. Os polícias recebem um salário de um milhão e tal, estão desanimados. Fazem piquetes e esse salário não é nada. Estão bem desanimados.

É por isso que quero vos dizer, vamos pegar este país com as mãos!

Não podemos estar a pegar o arroz nas campanhas, o arroz é distribuído para os armazéns e lojas para pessoas que pagam a contribuição ao Estado. Os deputados, os vereadores e os presidentes das Câmaras que têm loja e que pagam a contribuição ao Estado têm o direito de receber.

Fazer campanha com o arroz é uma injustiça.

Meus senhores e minhas senhoras, quero dizer-vos a agricultura está a desaparecer em São Tomé e Príncipe, e se ela desaparecer, estamos arrumados. Se forem para a localidade de Ferreira Governo, vejam o tipo de agricultura que se faz lá. Quero que alguém que conheça a agricultura que venha discutir comigo. Gostaria que o Governo reconhecesse os pequenos agricultores, os médios empresários, que reconheça a classe média e o empreendedorismo jovem. Sem isso, o País não terá solução. Nós não podemos estar aqui a depender dos outros.

Em São Tomé e Príncipe já não há classe média. Vamos à nossa praça, aos distritos, já não existe a classe média, não podemos continuar com esta situação.

Queremos um governo que olhe para o País e para o povo, os são-tomenses não podem perder a sua autonomia.

O Sr. Presidente: — Passo de seguida a palavra ao Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD. Temos quatro pessoas inscritas, a primeira é a Sra. Vice-Presidente Maria das Neves.

Tem a palavra a Sra. Vice-Presidente Maria das Neves.

A Sra. Maria das Neves (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente bom dia. Gostava de saudar também o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e as Sras. e os Srs. Deputados. Espero que tenham tido umas boas férias parlamentares e auguro votos para que nesta 3.^a Sessão Legislativa desta X Legislatura possamos todos produzir mais para dignificar não só a nossa Assembleia Nacional como também o nosso País.

Sr. Presidente, tomo a palavra neste período de antes da ordem do dia, para manifestar a minha preocupação em relação a dois assuntos. O primeiro, temos estado a ouvir através da comunicação social que o País vai albergar no mês de Novembro e princípio de Dezembro um grande evento, que é a Miss Face Universo. Julgo que é um dado adquirido, porque se vem falando.

Mas a minha preocupação prende-se com a preparação para esse evento. Julgo que o País até agora não assumiu de facto a preparação deste evento. Sabemos que trazer para um País como São Tomé e Príncipe, uma Miss Face Universo, trazer para aqui 50 mulheres bonitas de vários países, significa meus senhores uma forma de promover o nosso país e de mostrar ao mundo que São Tomé e Príncipe existe. Quero confessar que estive recentemente no Brasil. Fui convidada para proferir uma palestra e quando anunciaram Maria das Neves, que vem de São Tomé e Príncipe, algumas pessoas perguntaram: São Tomé e Príncipe?!

Ao terminar a palestra as pessoas aproximaram-se e perguntaram, onde é que fica São Tomé e Príncipe? Ao fazerem a pergunta em Português, deduzi pelo sotaque que eram brasileiros. Outros no dia seguinte disseram-me, já sei onde fica o seu país. Fui investigar na internet e vi que são duas ilhas no Golfo da Guiné. Disse-lhes parabéns pela eficiência na investigação. Se temos o Brasil que pertence a nossa comunidade e ainda há muita gente que não conhece São Tomé e Príncipe?! Todos nós sentimos isso quando viajamos. Basta deixarmos a fronteira de Portugal e começarmos a entrar outras fronteiras e, quando apresentamos o passaporte, as pessoas olham e perguntam, São Tomé e Príncipe, onde é que fica este país? Isto quer dizer que ainda somos pouco conhecidos lá fora.

Julgo que temos agora uma das oportunidades de promovermos o País. Mas isso também pode funcionar como uma gola de dois gumes. Ou serve para nos promover, para os que nos visitam, saíam daqui com boa impressão, dizendo que é um país que vale a pena visitar ou passamos muito mal e não vale a pena ir. Deveríamos encarar seriamente este evento, desde a sociedade civil, mostrar o melhor da nossa gastronomia, o melhor da nossa simpatia porque sabemos receber bem, envolvendo os hotéis, nós, os Deputados e as Deputadas, os dirigentes e o Governo. É algo que, se correr bem, vamos tirar o proveito, e se correr mal vai nos afectar a todos. Por isso, gostava de lançar um veemente apelo a toda a gente para que encarássemos bem e a sério esse evento, que vai ser realizado em São Tomé e Príncipe, e tudo o que pudermos fazer para que corra bem, em prol da promoção do País. Nós que dizemos que temos grande potencialidade para o desenvolvimento do turismo, julgo que é uma das oportunidades que temos e que devemos aproveitar.

Segunda preocupação, Sr. Presidente, antes começo por felicitar os sucessivos governos deste país que muito se esforçaram para que houvesse água nas praias. Hoje é um dado adquirido, concluído pelo XVI Governo. A água está a correr nas praias. Lembro-me, desde 2003 começou-se a fazer um esforço para

que água começasse a correr nas praias. Ela começou a correr e, em consequência disso, na altura estava no governo, mandou-se fazer lavandarias em todas as praias. Com a falta de água as lavandarias começaram a entrar em ruína. Tendo agora havido água nas praias decidiram, um pouco também pela vontade das pessoas das praias, pedir que se reabilitasse as lavandarias para começarem a lavar as roupas deixando de ir ao rio.

Acompanhamos tudo. Há três lavandarias. Uma que foi construída de raiz na Praia Loxinga, outra que foi reconstruída na Praia Gamboa e a última na Praia Cruz. A lavandaria da Praia Cruz foi a primeira a ser reconstruída e concluída. Ouve depois a conclusão das outras, já se inaugurou a lavandaria da Praia Loxinga, a seguir foi a de Praia Gamboa e, até agora não há nenhum esforço para se pôr a água na lavandaria de Praia Cruz. Não obstante, todo o esforço que foi feito até agora a Praia Cruz não tem água na lavandaria. Porque estamos aqui com um membro de Governo, gostaríamos que junto às autoridades competentes tratassem de pôr a água na lavandaria de Praia Cruz. Fica muito mal ver as pessoas de Praia Loxinga e Praia Gamboa lavarem as suas roupas na lavandaria e as da Praia Cruz terem uma lavandaria concluída, mas não terem o acesso, porque até agora não se pôs a água nessa lavandaria.

É isso que gostava de pedir encarecidamente, que as pessoas vissem o que se passa, porquê que não há água e porquê que não se põe a água na lavandaria de Praia Cruz, de modo a resolver este problema, porque a população está preocupada com isso.

O Sr. **Presidente**: — Passaria a palavra a Sra. Deputada Bilaine do ADI. Não? Passa. A Sra. Deputada Ângela também passa.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Gostaria de juntar a minha voz a dos outros colegas, felicitando o Governo sobretudo pela conclusão da estrada da localidade de Batepá – Água Crioula. É um trabalho que foi feito por outros governos. No entanto, este Governo conseguiu concluir esta obra, daí as minhas felicitações. Outro aspecto importante, queria pedir ao Governo, espero que estejam a fazer isso, para acompanhar com maior atenção a obra da Estrada Nacional n.º 3 que está a ser executada neste momento, para que de facto essas obras terminem com a melhor qualidade possível. Não poderia deixar de felicitar o Governo pela concretização do evento *STeP In- London 2015*. Espero que esse evento contribua para alavancar o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, caros Deputados, caras Deputadas, muito bom dia. Espero que nesta Sessão Legislativa, que teve a sua abertura no dia 15 de Outubro, tenhamos mais energia para produzirmos mais ao nível da Casa Parlamentar. Para o Sr. Vice-Presidente que está agora a liderar, por razões de saúde do Presidente Diogo, que está ausente, desejo que o seu trabalho durante esta Sessão Legislativa seja coroado de êxitos, por respeito das regras estabelecidas ao nível do nosso Parlamento.

Peço a palavra, Sr. Presidente, apenas para colocar uma questão que está a ser repetitiva em várias Sessões Plenárias por minha bancada, feita em alguns momentos pelo líder parlamentar e noutras por mim. No início desta Legislatura, iniciamos com uma dinâmica muito importante que levou a aprovação de um Plano Estratégico da Assembleia Nacional, que chegou em boa hora porque nesse plano temos uma percentagem elevada de jovens Deputados que entraram pela primeira vez na nossa Casa Parlamentar. Seria bom que nós, os serviços, os Deputados déssemos uma olhada nesse plano. Tem cinco objectivos, há uma missão e uma visão do Parlamento para esses quatro anos.

Seria bom em momentos diferentes e permanente, poder consultar. Sr. Presidente, coloco esta questão porque penso que podemos correr o risco de não cumprir esse plano, por um lado. Por outro lado, podemos ferir muitas das questões, sobretudo os objectivos que nós próprios aprovamos aqui enquanto parlamentares. E se eu faço essa introdução agora é para colocar o problema e chamar atenção à Mesa da Assembleia e a todas as entidades, porque o Parlamento tem um papel fundamental na consolidação da democracia. Parlamento é um órgão fiscalizador.

É preciso que o desenvolvimento se faça com a contribuição de todos, sobretudo neste Órgão de Soberania. Não é normal, se nós continuarmos com essa dinâmica da última Sessão Legislativa, não vamos conseguir atingir a meta. Sr. Presidente, é aqui que eu chamo atenção para que o senhor exerça em nome dessa Casa Parlamentar, respeitando as regras. Não é normal, termos feito 10 pedidos durante a Sessão Legislativa passada, solicitações de informações importantes, para o exercício do nosso mandato, estamos na oposição e, até hoje não obtivemos qualquer resposta. Temos pedidos desde Maio, quantos meses são até aqui? Fomos de férias, tivemos uma sessão de quatro meses, e mais dois meses de férias e até hoje não temos informação do Governo ou das entidades que enviámos as documentações ou solicitações e nem da própria Mesa da Assembleia. Isto, Sr. Presidente, é grave!

Fomos acusados aquando da discussão do Orçamento que talvez estivéssemos a fazer uma oposição silenciosa e quando houve algumas intervenções estão a falar demais. As coisas não estão a ser acertadas em função das intervenções. Queremos informar com verdade, é a minha política não quero fazer comparação com os outros. Dêem-nos as informações que solicitamos para permitir que façamos o exercício da oposição, ou seja, o contraditório político para permitir que a nossa voz seja escutada. Esses pedidos estão enquadrados nos termos do Regimento e da Constituição, a Assembleia Nacional que nos diga para melhorar essas solicitações, se houver erros. Basta irmos ao artigo 6.º da Lei do Direito de Oposição. Temos direito a informação, está claro no artigo 17.º, a alínea k), do Regimento. Temos, enquanto Deputado e não só os Deputados da oposição, essa prerrogativa Regimental para poder solicitar informações ao Governo.

Sr. Presidente, queremos que nessa sessão, que abriu no dia 15, possamos de facto ter a humildade e a capacidade suficiente para podermos trocar informações e exercermos o nosso papel enquanto parlamentar e Assembleia órgão fiscalizador da acção governativa. Era esse reparo. Gostaria de pedir ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares que nos ajudasse nesse intercâmbio para que a gente tenha de facto informações sobre os dossiês importantes e que já dissemos quais são e não vale a pena repeti-los aqui. Mas é preciso nos dar essas informações, porque o nosso exercício enquanto a oposição seja melhor e com eficiência.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado o partido MLSTP/PSD, já esgotou o seu tempo, mas o PCD, deu mais 3 minutos. Temos a Sra. Deputada Ana Rita, é a última inscrita para fazer o uso da palavra.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita, para uma intervenção.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, caros e caras Deputadas bom dia. Se tomo a palavra, como Deputada, é para manifestar a minha preocupação em relação à falta de informação sobre a Mesa Redonda *STeP In*, que se realizou entre os dias 14 e 15 de Outubro, em Londres. Preocupa-me, porque somos confrontados muitas vezes, como Deputados, para saber como é que correu, o quê que se levou à Mesa Redonda.

A Mesa Redonda é um acto muito importante para o desenvolvimento do nosso País. Estamos todos preocupados com o desenvolvimento, mas a falta de informação preocupa-nos, antes assistimos pela comunicação social, a preparação para realização da Mesa Redonda. Depois assistimos também pela comunicação social que o Governo reuniu-se com os directores da função pública e com os membros do poder local. Aqui na Casa Parlamentar, enquanto Deputada, eu não tenho nenhuma informação do que foi a Mesa Redonda, nem o que se tratou nela.

Por isso, gostaria de aproveitar aqui a presença do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares para saber quando é que os Deputados e os outros Órgãos de Soberania terão a oportunidade de se informar sobre a Mesa Redonda. É uma preocupação que tenho e gostaria que tivéssemos informação sobre ela. Aproveito também como foi dito pelos colegas do ADI, para felicitar o Governo pela realização dessa Mesa Redonda, mas não basta só felicitar. Temos que saber o que foi a Mesa Redonda, o que se alcançou, ou seja, que projecto se levou?

O Sr. **Presidente**: — Terminamos os assuntos de interesse político relevante, pelos Deputados inscritos, gostaria de usar da palavra nesta primeira reunião da 3.ª Sessão Legislativa.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Ministro, bom dia. Tomo a palavra para trazer algumas preocupações, enquanto Deputado e membro desta Casa Parlamentar, sobre aquilo que, em partes, disse o nosso companheiro Arlindo Barbosa sobre a nossa performance enquanto Deputados. Todos temos a consciência de que precisamos trabalhar mais. Várias vezes, em várias ocasiões, dizemos que a Assembleia Nacional é um órgão subalterno dos outros órgãos da República. Sempre lamentamos que, em relação aos outros órgãos, a Assembleia é levado ao último plano.

Quero aqui mais uma vez dizer que em partes isso deve-se também a nossa própria postura, enquanto representantes da Casa Parlamentar e, enquanto representante do povo na parte que nos toca e que é da nossa inteira responsabilidade. Sou uma das muitas vozes que se levantam sobre a questão das férias que temos. Sei que não sou a única voz, muita gente também levanta essa questão. Os Deputados têm quatro meses de férias num ano. É muito tempo de férias. Quando levantamos essa questão esbarramo-nos na Constituição. Para alterar essa regra, teríamos que alterar a Constituição da República, porque são regras não só regimentais, mas também constitucionais.

Logo, na próxima revisão constitucional temos que rapidamente rever e alterar isso. Dos quatro meses de férias que os Deputados têm os oito que ficam num ano trabalhamos pouco. Além da missão representativa, da missão fiscalizadora da acção governativa, temos a missão legislativa, isto é, de fazer leis. A meia culpa é que ficamos à espera sempre de um outro Órgão de Soberania que tem a iniciativa legislativa, que é o Governo, para legislar. A esmagadora maioria das iniciativas advêm do Governo, mas há muitas coisas que nós também poderíamos fazer. Deveríamos ter mais iniciativas em termos de projectos e, não só ficar a espera de proposta.

Levanta-se outras questões que vários Deputados já falaram que é a falta de condições de trabalho na nossa própria Casa Parlamentar. Para cumprirmos essa missão não temos as condições de trabalho do Governo, não temos assessorias técnicas adequadas para exercermos em pleno a nossa missão de legislar. É Verdade que temos aqui serviços de apoio, mas não é suficiente. Quanto aos Deputados e as bancadas, não vou comparar com outros países mais desenvolvidos em que cada Deputado tem um número de assessores para exercer bem a sua missão. Não estamos a exigir isso, mas poderíamos ter em cada bancada assessores para nos ajudar nessa missão de legislar. Logo, é uma preocupação que deixo a todos os Deputados, bancadas e partidos. Como encontrar uma solução para darmos volta a isso e cumprirmos a nossa missão de legislar?

Na última Sessão Legislativa, tivemos o atraso no Orçamento sobejamente conhecido por todos, o porquê do atraso, eu não vou aqui tecer considerações, mas o Orçamento só foi aprovado em Junho e as Grandes Opções do Plano, isso fez com que a nossa actividade aqui fosse fraquíssima. Também tivemos a festa de 12 Julho e um conjunto de eventos que não nos permitiu fazer muito. Na última sessão, em termos de iniciativa, tivemos uma proposta de lei, que vem do Governo que é a Alteração da Lei 5/2008, Regime Jurídico dos Cidadãos Estrangeiros em São Tomé e Príncipe. Tivemos duas iniciativas, em forma de projecto dos Deputados, a primeira alteração a Lei 5/91, Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos, e uma segunda a Protecção de Dados Pessoais. Apenas isso numa sessão. Tivemos oito petições que deram entrada na última sessão.

Dessas iniciativas não estou a falar em petições, das iniciativas, só hoje é que vamos debruçar sobre duas delas. O que significa que na última sessão não concluímos nada em termos de iniciativa. Isto é apenas um espelho daquilo que eu acabei de dizer e tenho a certeza que não é só minha a preocupação, é também de muitos Deputados aqui presentes. Daí que faço um veemente apelo a todos nós os Deputados e a todas as bancadas para que esta sessão que começou no dia 15 de Outubro e que terminará no dia 15 de Fevereiro possamos fazer diferente, espero que sim, como também já foi dito aqui pelo Deputado Arlindo Barbosa. Espero que possamos ter mais iniciativas e produzir mais leis aqui na Casa de leis. Sei que também vai ser difícil, mas faço esse apelo, porque temos a questão orçamental que vai ocupar grande parte do tempo nas próximas semanas.

Teremos a análise do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções de Plano, depois teremos as férias de Natal que vêm aí e ficamos com Janeiro e metade de Fevereiro, antes de irmos outra vez de férias. Daí que, é um apelo que faço, no mês de Novembro e Janeiro possamos ter mais iniciativas daquilo que nos compete enquanto legisladores para termos uma outra performance. É isso que gostaria de dizer em termos de resumo do nosso trabalho aqui. Gostaria de aproveitar para informar a todos os Deputados sobre a deslocação que a delegação parlamentar fez a União Inter-Parlamentar (UIP), cujo tema central dessa Assembleia foi a problemática da migração.

Tivemos trabalhos nas diversas Comissões em que os Deputados que integraram a delegação participaram e a seu tempo iremos apresentar a todos os Deputados o balanço daquilo que foi a nossa participação na 133ª Assembleia da UIP em Genebra. Para terminar, gostaria de informar a todos os Deputados que no nosso regresso fizemos uma visita ao Sr. Presidente José Diogo, que foi operado e felizmente a operação correu bem. O Presidente está bem. Falamos com ele, esperemos pouco mais de três ou quatro semanas, ele estará de volta a São Tomé e Príncipe e assumirá as suas funções, continuando a sua missão, enquanto Presidente da Assembleia Nacional, assim manda cumprimentos a todos os Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD):— Sr. Presidente, temos que ter alguma atenção quando tomamos determinadas posições. Eu não gostava de voltar a isso, mas se o Sr. Presidente prestar atenção, a sua intervenção não sei aonde se encaixa. Se foi declaração política, acho que não. Ela só deveria ter espaço se fosse declaração antes de questões políticas de interesses relevantes.

Após isso regimentalmente o Sr. Presidente não deveria usar da palavra, pelo menos, estando lá daquele lado. Estou-me a referir ao artigo 107.º do Regimento. Fê-lo, nós não queríamos impedir, mas era só para perceber que por vezes temos que ser flexíveis e não tomar decisões musculadas.

O Sr. **Presidente**:— A minha intervenção foi o balanço daquilo que foi a última Sessão Legislativa. No início de todas as sessões parlamentares e na primeira reunião, o Presidente da Assembleia faz o balanço. Nós não tivemos no início da sessão, no dia 15, uma reunião plenária, por isso fi-lo agora nessa reunião. Terminado o período de antes da ordem do dia, gostaríamos de entrar naquilo que temos agendado para trabalho de hoje. No período da ordem de dia, temos análise e votação na generalidade, especialidade e final global do projecto resolução que dá assentimento a Sua Excelência o Presidente da República para se ausentar do País de 31 de Outubro a 9 de Novembro de 2015, com destino à República Portuguesa, em visita privada, nos termos do artigo 246.º.

Tem a palavra a Sra. Secretária para a leitura da carta.

A Sra. **Secretária**:— Deu entrada uma carta de Sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, datada de 23 de Outubro de 2015, da qual passo a leitura do seu teor: «Excelentíssimo Senhor Presidente de Assembleia Nacional, São Tomé, Excelência, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 85.º da Constituição da República, venho solicitar o assentimento da Assembleia Nacional, para ausentar-me do Território Nacional, de 31 de Outubro a 9 de Novembro, com destino à República Portuguesa, em visita privada e de trabalho.

Por outro lado, considerando que em atenção ao convite que me foi formulado pelo meu homólogo angolano, tomarei parte nas cerimónias comemorativas do 40.º Aniversário da Independência de Angola, solicito igualmente o assentimento da Assembleia Nacional, para estar ausente do País, de 10 a 13 de Novembro, para os referidos efeitos, sendo que, nesse caso, partirei directamente da República Portuguesa para a República de Angola, donde regressarei à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Queira, Excelência, aceitar os protestos da mais alta consideração.

Palácio do Povo, em São Tomé, aos 23 de Outubro de 2015.

O Presidente da República, Manuel Pinto da Costa.»

O Sr. **Presidente**:— Acabamos então de ouvir a carta dirigida por Sua Excelência o Sr. Presidente da República, que solicita o pedido de assentimento. Pelo que pediria assim a Sra. Secretária para proceder à leitura do projecto de resolução. Há um parecer da 2.ª Comissão, antes da leitura do projecto de resolução, assim gostaria de pedir ao Sr. Presidente da 2.ª Comissão para proceder à leitura do parecer ou indicar um dos Deputados.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI):— Sr. Presidente, indico o Sr. Deputado Brito para fazer a leitura do parecer.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Brito do Espírito Santo.

O Sr. **Brito do Espírito Santo** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, passo a ler o parecer da 2.ª Comissão: «Parecer da 2.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional sobre o assentimento para o Presidente da República se ausentar do País.

Foi submetido à Assembleia Nacional, no dia 26 do corrente mês, um pedido de assentimento para Sua Excelência o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, com destino à República Portuguesa, no período de 31 de Outubro a 9 de Novembro, em visita privada e de trabalho. Por outro lado, o assentimento para se deslocar à República de Angola, no período de 10 a 13 de Novembro, em resposta ao convite do seu homólogo angolano, a fim de participar nas cerimónias comemorativas do 40.º Aniversário da Independência daquele país.

Esta solicitação vem ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 85.º da Constituição da República, coadjuvado com o n.º 1 do artigo 244.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Neste sentido, a 2.ª Comissão Especializada Permanente, Comissão de Relações Exteriores, Comunidades, Defesa e Mar, nos termos da alínea e) do artigo 4.º do seu Regimento, reuniu-se em sua Sessão Ordinária, no dia 28 do corrente mês, na sala da 1.ª Comissão, tendo debruçado sobre o assunto.

Portanto, uma vez que se cumpriu todos os requisitos constitucionais e legais, a 2.ª Comissão Especializada Permanente recomenda à Mesa da Assembleia Nacional a submetê-lo ao Plenário, para os devidos efeitos.

São Tomé, 28 de Outubro de 2015.

O Presidente, Martinho Domingos.

O Relator, Brito Espírito Santo.»

O Sr. **Presidente**:— Sr. Presidente da Comissão, só uma pergunta. Esse parecer é para as duas resoluções?

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI):— Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— Sr. Presidente, acho que estamos a cometer alguns erros nesta Casa Parlamentar. Já se chamou atenção a isso na reunião anterior e vamos insistindo ainda. O Presidente da República pede assentimento para ausentar-se do País na base do disposto da Constituição da República. E nós temos uma Comissão encarregue para estes assuntos, ou seja, Assuntos Políticos e Constitucionais. No entanto, já por várias vezes a Mesa tem baixado esses expedientes para uma Comissão que tem a ver com relações Externas Defesa e o Mar. Que enquadramento tem um pedido do Presidente da República numa Comissão desta natureza? Já se chamou atenção a isso mesmo assim estamos insistindo. E a própria Comissão deveria ver dentro do quadro das suas competências que esta carta não enquadra naquilo que são as competências dessa Comissão.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra a Sra. Secretária para fazer a leitura do projecto de resolução.

A Sra. **Secretária**:— O projecto é do seguinte teor: «Projecto de Resolução n.º 32/X/3.ª/15.
Preâmbulo.

Tendo em conta o pedido de assentimento formulado por Sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, através da sua missiva datada de 23 de Outubro do corrente ano;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º, assentimento.

É dado assentimento, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 85.º da Constituição, para o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, pelo período solicitado, entre os dias 31 de Outubro e 9 de Novembro do corrente ano, com destino à República Portuguesa, em visita privada e de trabalho;

Artigo 2.º, entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 29 de Outubro de 2015.

A Presidente da Assembleia Nacional Interina, Maria das Neves Ceita Batista de Sousa.»

O Sr. **Presidente**:— Depois da leitura passamos de imediato à votação. Gostaria de pedir as Sras. e Srs. Deputados para terem atenção no momento de votação para não se ausentarem da sala. Gostaria de pedir encarecidamente isto porque iremos cumprir rigorosamente as regras quanto à questão de votação. Quem se encontrar fora da Sala não poderá entrar enquanto não terminar o acto de votação. Pelo que vamos começar agora a votação.

Vamos passar à votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado com votos 49 a favor.

Vamos passar à votação na especialidade.

Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado com votos 49 a favor.

Vamos passar à votação do artigo 1.º.

Submetido à votação, foi aprovado com votos 49 a favor.

Vamos passar à votação do artigo 2.º.

Submetido à votação, foi aprovado com votos 49 a favor.

Vamos passar à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado com votos 49 a favor.

Passemos a segunda resolução, pelo que peço a Sra. Secretária para fazer a leitura.

A Sra. **Secretária**:— Sr. Presidente, o projecto é do seguinte teor: «Projecto de resolução n.º 33/X/3.ª/2015.

Preâmbulo.

Tendo em conta que no pedido de assentimento formulado por Sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, através da sua missiva datada de 23 de Outubro do corrente ano, consta duas deslocações, respectivamente, com destino à República Portuguesa e à República de Angola;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º, assentimento.

É dado assentimento, nos termos do n.º 1 do artigo 85.º da Constituição, para o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, pelo período solicitado, entre os dias 10 e 13 de Novembro do corrente ano, à República de Angola, aquando do regresso da República Portuguesa, a fim de tomar parte nas cerimónias comemorativas do 40.º Aniversário da Independência de Angola, ao convite do seu homólogo angolano.

Artigo 2.º, entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 27 de Outubro de 2015.

A Presidente da Assembleia Nacional Interina, Maria das Neves Ceita Batista de Sousa.»

O Sr. **Presidente**:— Feito a leitura passamos de imediato à votação do projecto resolução. Tem a palavra o Sr. Deputado Evaristo Carvalho.

O Sr. **Evaristo Carvalho** (ADI):— Sr. Presidente, penso que só uma resolução resolvia as duas coisas porque o Sr. Presidente sai do País uma vez e entra. Só uma resolução fechava as duas coisas. Era só isso se a Mesa pretender assim.

O Sr. **Presidente**:— De facto, no último pedido do Sr. Presidente da República quanto ao assentimento também foi assim, pediu em visita oficial e privada, num só projecto resolução. Mas quando cheguei, encontrei já assim estes dois projectos e por acaso tive o cuidado de perguntar e disseram-me que isto foi discutido na Conferência de Líderes. E na Conferência de Líderes estavam os três líderes das bancadas, todos decidiram que assim fosse. Apenas para informar.

Vamos passar à votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado com votos 49 a favor.

Vamos passar à votação na especialidade.

Preâmbulo.

Peço desculpa, segundo o Regimento, tem que haver votação. Penso que o Sr. Deputado da UDD estava distraído porque regimentalmente tem que haver votação. Podem votar a favor, contra ou abstenção. Mas não pode estar dentro da Sala e não votar. Gostaria de repetir. Estamos na votação do segundo projecto de resolução, o preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado com votos 49 a favor.

Passemos à votação do artigo 1.º.

Submetido à votação, foi aprovado com votos 49 a favor.

Passemos à votação do artigo 2.º.

Submetido à votação, foi aprovado com votos 49 a favor.

Passemos à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado com votos 49 a favor.

Passaria de imediato ao nosso terceiro ponto da ordem do dia, «Análise e apreciação, na generalidade, da proposta de lei n.º 4/2015, alteração à Lei n.º 05/2008, de 12 de Agosto, Regime Jurídico dos Cidadãos Estrangeiros em São Tomé e Príncipe».

Pelo que pediria ao Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares a fazer a apresentação como o promotor da iniciativa.

Pelo que pediria ao Sr. Ministro para fazer a apresentação, como promotor da iniciativa.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Afonso Varela): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito bom dia, obrigado por me conceder a oportunidade de apresentar aqui esta proposta de alteração da Lei n.º 5/2008.

Obedecendo, portanto, os trâmites previstos, o Governo submeteu à aprovação da Assembleia uma proposta de alteração, nos termos previstos na Constituição, contendo uma nota explicativa e os articulados que o Governo pretende que sejam alterados.

Trata-se de alteração da lei que regula o Regime Jurídico de entrada e permanência de cidadãos estrangeiros em São Tomé e Príncipe.

A Lei data de 2008, de 2008 aos nossos dias muita coisa se passou internamente, sobretudo ao nível do mundo. O mundo entrou numa crise a partir dessa altura 2008, numa crise que apesar de todas as projecções, a verdade é que ela se aprofunda a cada dia que passa e a queda do preço do petróleo veio mostrar quão vulnerável são inclusive os países considerados os mais ricos do mundo.

Escusado será dizer aos Srs. Deputados que o nosso país vive de ajudas, para tudo quanto fazemos aqui nesse país precisamos de ajuda. A lista é longa. É escusado enumerar, para fazermos latrinas, elas têm uma marca da Cooperação Espanhola ou Francesa ou das Nações Unidas, ou para alargarmos mais

uma sala de aulas temos a Cooperação Portuguesa ou Espanhola, esse é o nosso destino, a nossa sina, é que se não houver a marca dos Estados Unidos e de Taiwan e de outros parceiros nós não temos nada.

É nessa perspectiva que gostaríamos de enquadrar essa nossa proposta. Essa nossa proposta enquadra-se na nossa perspectiva de transformação desse país, na nossa perspectiva de abrir esse país ao mundo porque estamos convencidos que a única forma de nós alterarmos o nosso destino é abri-lo ao mundo. Essa abertura se faz com reformas legislativas internamente nos mais diversos domínios, incluindo reforma no que respeita a entrada permanência e saída do nosso país.

A lei aprovada em 2008, já permitia que cidadãos estrangeiros entrassem no nosso país sem visto. Tanto mais que não é a primeira vez que é permitido que cidadãos de determinados países possam entrar em São Tomé e Príncipe. Mas precisamos de alargar e de abrir essa possibilidade. Precisamos de abrir essa possibilidade por muitas razões, mais uma delas é muito importante. Importante porque esse Governo, tal como muitos outros que os antecederam, elegeram o turismo como um dos vectores fundamentais da sua política e do seu desenvolvimento. Nós não estaremos a inventar a roda, se dissermos que a própria Organização Mundial do Turismo considera que a facilitação do visto é um elemento crucial da atracção de turista. Podemos aqui discutir tudo que quisermos, mas devo dizer apenas que muitas outras pessoas, aquelas que dedicam a sua vida a essas coisas já escreveram, já reflectiram e já provaram, porque há estudos que provam que os países que abriram são aqueles que estão em melhores condições.

Mas essa abertura não visa só o turismo, visa também facilitar a mobilidade internacional e de pessoas, bem como a atracção de investidores. Obviamente que o investidor não vem só porque o visto esta a facilitar, mais o visto continua a ser um elemento importante. Portanto, o investidor vai para aquele país que tem as condições, que tem as vantagens, que tem aquilo que ele procura mais o investidor vai também para aquele país para onde ele tem o acesso mais facilitado.

É nesse sentido que o Governo entendeu, por razões de natureza política e do aprofundamento das nossas relações com os países da CPLP, que não se trata só de uma comunidade de língua. Trata-se, além da língua e de uma comunidade de valores, de uma comunidade de gentes e de sangue. Pensamos que essa comunidade só pode fortalecer, desenvolver e aprofundar os seus laços, se os cidadãos desses países puderem deslocar nesse grande espaço da CPLP, se esses cidadãos tiveram a mobilidade que eles desejam. É nesse sentido que propusemos que os cidadãos da CPLP, de todos os países da CPLP, possam entrar em São Tomé e Príncipe e aqui permanecer durante um período máximo de 15 dias e sem necessidade de visto. Porquê?

Disse e explico porque esse aspecto é muito importante. A nossa comunidade desde que ela existe, ela é uma comunidade de dirigentes, portanto os Deputados não precisam de visto para se deslocarem a nenhum dos países da CPLP, os Ministros não precisam de visto, mas a comunidade pertence também ao povo. Então na nossa perspectiva o povo, que é membro dessa comunidade, ou seja, a razão de ser fundamental dessa comunidade, deve ter a possibilidade de deslocar-se. Estendemos essa isenção de visto, não só os Passaportes Diplomáticos e de Serviços que beneficiam exclusivamente os Dirigentes, os Ministros e os Deputados, mas também ao povo. É na perspectiva do turismo que consideramos, como o aspecto fundamental do nosso desenvolvimento, o nosso crescimento e para o qual pretendemos atrair investimento em massa. Achamos que o visto e até seguindo o exemplo de muitos outros países porque uma vez mais não estamos também a inventar absolutamente nada.

Decidimos que os países da União Europeia, aqueles cujos cidadãos e contribuintes garantem a nossa própria sobrevivência com a sua ajuda, garantem que as nossas crianças as cinquenta mil crianças, as quais oferecemos uma refeição quente todos os dias, possam ter essa refeição que próprio o nosso país não é capaz de oferecer é preciso que o Programa Alimentar Mundial (PAM) recolha ajuda dos contribuintes desses países de Europa, para que as nossas crianças possam ter uma refeição quente. Pensamos que é chegado a hora de nós também podermos dar alguma coisa. E para nós tem essa dupla vantagem, damos alguma coisa ao mesmo tempo que utilizamos isso como um instrumento de atracção de investimento, daí a União Europeia e os Estados Unidos. É escusado falar de Estados Unidos, é escusado falar do Canadá, que são os países para os quais pensamos que essa isenção de visto deve ir.

Pensamos também que as pessoas que obtêm vistos para entrar nos Estados Unidos, as que obtêm vistos para entrar na Europa, vistos válidos, essas pessoas poderiam também sem grandes riscos entrar no nosso país. Portanto, se essas pessoas entram, vão, dirigem-se a esses países, é porque são pessoas que necessitam de mobilidade, são pessoas que circulam por uma razão qualquer, por razões de turismo ou de investimentos. Então estamos a dizer a essas pessoas que para São Tomé também elas poderão vir. É verdade que se levanta a questão de risco de entrada de pessoas que possam eventualmente ser consideradas indesejadas ou indesejáveis. Nós não temos notícias que alguma das nossas Embaixadas no estrangeiro tenha um dia recusado um visto para alguém. Toda gente que pede o visto às nossas Embaixadas obtém. Aliás, as nossas Embaixadas querem mesmo que as pessoas venham pedir vistos porque essa é a única forma de sobreviverem porque as transferências não eram feitas atempadamente para garantir o salário e outras despesas necessárias ao funcionamento da Embaixada. Desde que essas medidas foram tomadas com o nosso Governo, temos tentado e temos conseguido até então transferir atempadamente as verbas para as Embaixadas, pelo menos aquelas que precisa para sobreviver, para ela continuar a representar da forma mais digna o nosso país.

Por isso, pensamos que aqueles cidadãos que passaram pelo crivo da Administração Americana para obterem um visto, que passaram pelo crivo da Administração Europeia para obterem um visto, pensamos que a esses indivíduos, há uma presunção que não se trata de alguém que possa vir fazer mal. Não quero dizer que eles não façam, mais há uma presunção, da mesma forma que eles fariam também nos Estados Unidos, que eles fariam em Portugal, eles também fariam aqui como humanos que são. Mas não há em parte nenhuma por mais sofisticados que sejam os aparelhos e os métodos de análise, a possibilidade de se poder controlar e ter a garantia de que um cidadão estrangeiro que entre, enquanto ele for humano, para um país ou para o nosso e não pratique algum acto indesejável.

Aliás, isso também acontece aos nossos concidadãos que viajam ou que se encontram nos outros países. Portanto, isso parece ser uma característica humana que ninguém pode evitar. Obviamente que nós não pretendemos aqui dizer que com isto resolvemos o problema de investimento, resolvemos cabalmente o problema dos turistas, isto é, que São Tomé e Príncipe ficará inundado de turistas. Mas, como disse, há estudos que provam particularmente o da Organização Mundial de Turismo (OMT) e, mesmo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), que mostram que há uma co-relação. Digo que há uma co-relação, não há uma relação de causa e efeito, entre a facilitação de visto e o número de turistas. Há também uma co-relação que está demonstrada entre a facilitação do visto e o crescimento das economias e o desenvolvimento do País.

Para terminar, um aspecto importante que devemos ter sempre em mente, a nossa condição insular, a nossa pequenez, o nosso isolamento que durou tempo demais, faz com que tenhamos muito medo daquilo que é estrangeiro, daquilo que vem de fora e de abrir o País. Há também um estudo que saiu ainda a dias do Banco Mundial e do FMI, e de todas essas organizações que mostram que o nosso país, para os negócios, está em 160.º ou 166.º lugar. É verdade que nós estamos à frente dos países como: Angola, Moçambique, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau e outros. À frente de nós está Portugal, Brasil e Cabo Verde. O quê que se mostra nesse estudo? É que os países mais abertos, países onde mais facilmente se pode fazer negócios, países onde mais facilmente se pode aceder, são países que estão na linha da frente. É a Singapura que é uma coisita pequenina, que não é mais do que 2/3, da superfície da ilha de São Tomé.

A ilha de São Tomé tem 859 Km² e a Singapura não tem mais que 600Km² e, com alguma terra que ganharam ao mar devem estar a volta de 700Km², mas aparece no número um de países abertos para negócios. E com essa superfície estamos a falar de um país com 6 milhões de habitantes, depois vêm países obviamente como Estados Unidos e outros países ocidentais. Os países mais fechados são aqueles que se encontram nas posições de desenvolvimento mais atrasados. Obviamente que tudo isso que estou a dizer aos senhores importará dizer que é preciso cautelas, é preciso medidas, é preciso reforçar a administração, a educação e o nosso civismo. Mas compreenderão também que nós não temos tempo para pararmos e fazer tudo isso que eu disse, para depois começarmos a abrir o País, é um desafio, é uma aposta, como eu costumo a dizer, estamos perante o nosso destino, estamos perante a história, temos que assumir as nossas responsabilidades, porque os outros não vão poder continuar a alimentar-nos e alimentar os nossos filhos eternamente. Por isso, em nome do Governo, gostaria uma vez mais de apresentar e submeter à apreciação dos Srs. Deputados essa proposta de alteração, esperando obviamente todo o vosso consentimento.

O Sr. **Presidente**: — Apresentado pelo autor da iniciativa, passaríamos a fase de discussão. Tem ainda o parecer da comissão, então convidaria o Sr. Presidente da 1.ª Comissão Especializada, ou um Deputado da Comissão para proceder à leitura do parecer, antes da própria discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Evaristo de Carvalho.

O Sr. **Evaristo de Carvalho** (ADI): — Sim, Sr. Presidente. Gostaria de indicar o seu relator o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: «Parecer da 1.ª Comissão Especializada Permanente, relativo à proposta de lei n.º 4/X/2015, alteração a Lei n.º 5/2008 de 12 de Agosto, Regime Jurídico dos Cidadãos Estrangeiros em São Tomé e Príncipe.

Introdução.

A iniciativa é apresentada pelo Governo no âmbito do seu poder de iniciativa e em conformidade com o disposto da alínea f) do artigo 111.º da Constituição da República bem como o artigo 136.º do Regimento da Assembleia Nacional.

A iniciativa deu entrada na Assembleia Nacional e baixou no dia 11 de Agosto de 2015, à Comissão dos Assuntos Políticos, jurídicos, Constitucionais, Direitos Humanos, Género, Comunicação Social e Administração Interna, 1.ª Comissão Especializada Permanente.

A iniciativa obedece à Lei de Formulário. Mostra-se redigida sob a forma de artigos, tem uma designação que traduz sinteticamente o seu objecto principal e, é precedida de uma exposição de motivos, cumprindo

assim os requisitos formais constantes nos pontos 1 e 2 do artigo 143.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Objecto.

A iniciativa visa alterar a Lei n.º 05/2008, de 12 de Agosto, lei sobre o regime Jurídico dos cidadãos estrangeiros em São Tomé e Príncipe, de acordo com os motivos e as razões apresentadas na nota explicativa. A alteração é feita no artigo 25.º da Lei 5/2005 de 12 de Agosto com aditamentos da alínea e) e f) do ponto n.º 1, e da introdução de um ponto n.º 3.

Conclusões.

A proposta de Lei n.º 4/X/2.ª/2015, que propõe a alteração da Lei n.º 5/2008 de 12 de Agosto, que estabelece o «Regime Jurídico dos Cidadãos Estrangeiros em São Tomé e Príncipe», por iniciativa do XVI Governo Constitucional, reúne os requisitos constitucionais e regimentais para ser apreciado pelo Plenário da Assembleia Nacional, ademais, já agendada na Sessão Plenária, do dia 29 de Outubro de 2015.

Assembleia Nacional, 26 de Outubro de 2015.

O Presidente, Evaristo de Carvalho.

O Relator, Idalécio Quaresma.»

O Sr. **Presidente**: — Depois de ouvirmos o parecer da 1.ª Comissão, abrimos então a inscrição para intervenções das Sras. e dos Srs. Deputados. Gostaria de anunciar o tempo, tem outro parecer? São dois. Então convido o Presidente da 2.ª Comissão para fazer a leitura ou apresentação do Deputado que irá ler o parecer da 2.ª Comissão.

Tem a Palavra o Sr. Deputado Martinho Domingos.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, indico o Sr. Deputado Arlindo dos Santos, para fazer a leitura do parecer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo dos Santos.

O Sr. **Arlindo dos Santos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e os Srs. Deputados, muito bom dia. Passo a ler: “Parecer da 2.ª Comissão Especializada da Assembleia Nacional, Comissão de Relações Exteriores, Comunidade, Defesa e Mar, sobre a proposta de Lei de Alteração a Lei n.º05/2008, Regime Jurídico dos Cidadãos Estrangeiros em São Tomé e Príncipe».

O ponto 1, introdução. Por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, que foi submetida à 2.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, para análise e emissão do parecer sobre a proposta de alteração da Lei n.º05/2008, «Regime Jurídico dos Cidadãos Estrangeiros em São Tomé e Príncipe», pelo XVI Governo Constitucional.

O ponto 2, enquadramento legal. A presente iniciativa é exercida nos termos da alínea f) do artigo 111.º da Constituição da Republica, coadjuvado com o artigo 136 e do n.º2 do artigo 137.º do Regimento da Assembleia Nacional, obedecendo ainda os requisitos formais do n.º 2 do artigo 124.º e do n.º1 do artigo 143.º, ambos do referido Regimento, pelo que se cumpre os procedimentos legais.

O ponto 3, contextualização. Atendendo a necessidade de assumir com o objectivo estratégico, a promoção e desenvolvimento do Turismo com vista a tornar São Tomé e Príncipe, um país, onde este desiderato constitui o potencial de crescimento económico sustentável, o XVI Governo Constitucional, no âmbito das suas políticas submeteu à Assembleia Nacional a proposta de alteração a Lei n.º05/2008, Regime Jurídico dos Cidadãos Estrangeiros em São Tomé e Príncipe.

O ponto 4, recomendação. Assim, para se dotar o País de um instrumento jurídico-legal a 2.ª Comissão recomenda a Mesa de Assembleia Nacional, que a proposta em causa seja submetida ao Plenário nos termos regimentais para os devidos efeitos.

Eis o parecer da 2.ª Comissão Especializada Permanente.

São Tomé, aos 26 de Outubro de 2015.

O Presidente, Martinho Domingos.

O Relator, Arlindo dos Santos.»

O Sr. **Presidente**: — Agora sim, abrimos as inscrições para as Sras. e os Srs. Deputados que queiram usar da palavra na discussão. Já temos uma Deputada inscrita a Sra. Deputada Bilaine.

Gostaria de informar que o Governo tem 21 minutos, o ADI tem 21 minutos, o MLSTP/PSD tem 11 minutos, o PCD tem 4 minutos e a UDD tem 3 minutos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Carvalho Ceita.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, bom dia.

Gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar o Governo pela introdução desta iniciativa. No meu entender, trata-se de uma medida concreta de fomento ao turismo e, ao investimento externo, já que vai facilitar a entrada de várias pessoas ao nosso país sem ter que perder muito tempo a solicitar o visto de entrada. É de conhecimento de todas as Sras. e os Srs. Deputados que São Tomé e Príncipe, tem um forte

potencial para o turismo, já no ano passado vimos a CNN eleger São Tomé e Príncipe como um dos 10 destinos de sonho.

É também do conhecimento de todos que o turismo é uma fonte de receita e do desenvolvimento do nosso país, e por conseguinte, temos que aproveitar todas as oportunidades, e accionar todos os mecanismos para aproveitar todo esse potencial que nós temos ao nível do turismo. Daí que com entrada em vigor desta lei todos sairemos a ganhar, desde o pescador, os cambistas todas as pessoas sairão a ganhar com entrada de pessoas no nosso país. Paulatinamente, os outros sectores certamente irão avançar com esta medida, já que ao nível da hotelaria e da restauração todos irão acompanhar esta evolução.

Portanto, no meu entender o grande alcance desta iniciativa é fomentar e atrair o País às pessoas e aos investimentos, penso que é uma medida acertada do Governo e que deve merecer o apoio de todos os parlamentares.

O Sr. Presidente:— Não temos mais inscritos. Está aberta a inscrição.
Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD):— Acompanhei o discurso do Sr. Ministro na sua explanação em que dizia que as embaixadas deixaram de ter esse meio que era o visto e que o Governo agora tem estado a fazer as devidas transferências a tempo. E com isso fiquei um bocado confusa. Queria saber se a medida já está a ser implementada? Se os turistas, as pessoas já podem entrar sem visto. Porque acho que é uma boa iniciativa, mas já que dá entrada hoje na Assembleia para discussão, gostaria de saber se a medida já está a ser implementada. Era só isto.

O Sr. Presidente:— Gostaria de sugerir que depois de três intervenções, o Governo fizesse o uso da palavra, passaríamos depois alternadamente a outras intervenções para não deixar acumular.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD):— Estamos na discussão, na generalidade, da proposta de alteração a Lei n.º 5/2008, Regimento Jurídico dos Cidadãos Estrangeiros em São Tomé e Príncipe. Sr. Ministro, ouvi atentamente a sua intervenção de que estamos a abrir o País ao mundo. Na sua intervenção apresentou algumas razões das quais duas delas importantes que é a questão do turismo e estimular investidores. É uma opção do Governo e temos que respeitar e o Sr. Ministro para além das razões e das vantagens que apresentou aqui sobre essas alterações e esta lei disse que também estamos a correr um risco e temos que estar de acordo com isto.

E porque estamos na generalidade, queria colocar duas questões. A primeira, a questão de reciprocidade. Estamos a abrir o País ao mundo, os cidadãos estrangeiros podem entrar e como é que fica o nosso caso? É um dos aspectos e outra questão é de um terceiro ponto, independentemente de não estarmos na especialidade, diz ainda que poderão ainda entrar no Território Nacional sem necessidade de obtenção de visto por um período não superior a 15 dias aos nacionais dos países terceiros definidos pelo Governo em decreto. A minha questão, isto não carece de uma autorização legislativa, para esses terceiros basta o Governo através de um decreto avançar?

São as questões que gostaria de colocar independentemente das questões que foram aqui abordadas por si, em representação do Governo, e das vantagens que terá no mundo de negócio, no mundo globalizado que temos.

O Sr. Presidente:— Passaria então a palavra ao Sr. Ministro depois de três intervenções caso queira usar da palavra.

O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares:— A Sra. Deputada Ana Rita pergunta se essas medidas já estão em vigor. Creio que é a única pergunta que faz. Gostaria de dizer a Sra. Dra. Ana Rita que essas medidas já estão em vigor, desde 2014 que os angolanos todos sem excepção podem entrar em São Tomé e Príncipe 15 dias sem visto e desde Agosto de 2015 que todos os cidadãos da união Europeia, dos Estados Unidos, de Canadá, da CPLP e todos aqueles que dispõem de um visto válido Schengen ou de um visto válido dos Estados Unidos e que têm um passaporte com uma validade igual ou superior a três meses, esses podem entrar em São Tomé e Príncipe. Portanto, foram medidas transitórias que foram tomadas e que se tornava necessário reorganizar e conformar essa prática a lei. Por isso a medida está em vigor. Em relação ao Sr. Deputado Arlindo Barbosa, gostaria, primeiro, de corrigir uma pequena subtilidade para dizer que não disse que o País está a correr um risco. Disse que estas medidas contêm em si sempre um risco, coisa diferente.

Porque se soubéssemos que estamos a fazer uma coisa para correr o risco, nós se calhar não correríamos esse risco. Agora estamos a dizer que essa actividade em si encerra riscos como quase todas as actividades na vida. Portanto, o risco qual é? O risco é que de facto haja um cidadão que tenha entrado no nosso território por via dessa facilitação de entrada do visto e pratique um crime ou se refugia aqui porque cometeu crime algures em qualquer outro lado. Mas o que eu quero dizer? Não tendo nós no nosso

histórico alguém a quem se tenha negado alguma vez visto nas nossas embaixadas, se houvesse facilitação ou não essa pessoa teria obtido um visto para São Tomé, aliás era uma necessidade premente das nossas embaixadas que as pessoas pedissem visto porque as embaixadas ficavam três, seis meses sem receber transferências e precisavam desse dinheiro de visto para poderem sobreviver. E por isso não é por aí.

Obviamente que eu também disse, encerrando essa actividade pela sua própria natureza esse risco estamos a tomar algumas medidas de forma que se possa ao máximo mitigar esse risco desde a nossa cooperação policial e judicial com os países beneficiários dessa legislação, dessa facilitação até medidas internas de formação e de equipamento da nossa própria Polícia e não só de fronteira mas a própria polícia pública, a nossa marinha e outros. E agora, o Sr. Deputado Arlindo Barbosa levanta a questão da reciprocidade. Creio que a questão da reciprocidade é um primeiro reflexo natural humano, um reflexo legítimo e diria até um reflexo da soberania. Mas ele não passa de um reflexo. Já questionamos se alguma vez outros países que durante 40 anos nos venham suportando, financiando todo o nosso orçamento, toda nossa ajuda nos pedissem reciprocidade numa pequena coisa que fosse, não é. Acho que a reciprocidade é qualquer coisa que deve ser construída, deve ser merecida e estamos empenhados nisso de fazer com que o nosso país mereça.

E por isso estamos num processo de construção dessa reciprocidade. Mas não podemos naquilo que é nossa visão, nossa estratégia e nem pensarmos que qualquer governo sério, honesto de São Tomé e Príncipe diga aos Estados Unidos, eu só farei isso se você também fizer, eu só darei isso se você também der. Pensamos que quando introduzimos esse mecanismo de facilitação de visto é preciso ver os dois lados da moeda. Porque se continuarmos a ver só um lado da moeda não perceberemos o que se está a passar. Não perceberemos o mundo, porquê? Porque esse visto é mais uma necessidade nossa do que dos americanos. É mais uma necessidade nossa do que dos europeus. Porque diga-me que europeu que tem um passaporte que lhe permite entrar em cinquenta, cem países do mundo. Ficaria zangado se São Tomé impusesse o seu visto em condições até interdição de entrada em São Tomé e Príncipe. O que é que perderiam eles?

Absolutamente nada. Por isso, é preciso ver o outro lado. Estou a dizer porque para estamos a utilizar essa facilitação, como um instrumento de política, de visibilidade e de atracção. Que implicações, o que é que perdemos fazendo isso? Eu diria absolutamente nada. É verdade que encerra, como disse o Sr. Deputado Arlindo Barbosa algum risco, mas esse risco é da nossa competência poder trabalhar na sua mitigação. É um risco que é válido para aqueles que entram sobre o regime de facilitação, mas é também válido para aqueles que entram com visto normal, com um visto emitido. Gostaria que algum dos Srs. Deputados levantassem e me garantissem que todo cidadão estrangeiro que entrasse aqui para esse país, com um visto devidamente emitido não fosse um cidadão criminoso ou que pudesse vir a cometer um crime ou que não estivesse a fugir da sanção de um crime, ninguém.

A questão da reciprocidade é um reflexo que eu próprio gostaria que todos os países aos quais acordamos essa facilitação pudessem também retribuir. Mas, como disse, isso tem que merecer e é um processo que tem que ser construído. Não pode ser e não pode continuar a ser dádiva como tem sido. E construir isso é um pouco daquilo que nós todos temos estado a fazer. Quando combatemos o paludismo e tornamos um país livre de paludismo estamos a construir essa possibilidade de reciprocidade porque se calhar outros países hão-de dizer, ah! É um país limpo, um país que se pode ir e então vamos olhar para ele quando nós somos um país que apresentamos aos outros países oportunidades de investimento. Quando somos um país que pedimos sim-senhor, mas pedimos para fazer coisas que nos permitam pedir amanhã menos e não como temos feito até agora pedir coisas que nos fortaleçam no nosso pedido de amanhã e que nos permita pedir cada vez mais e tornarmos especialistas em pedir.

Portanto, quando fazemos isso estamos a desconstruir a possibilidade dessa reciprocidade, por isso tudo aquilo que fazemos e que faz esse Governo obedece a uma lógica de desenvolvimento, de afirmação nacional e internacional. Uma lógica de abertura e uma lógica de integração dos valores que são hoje da modernidade. Que são os valores da mobilidade, são os valores da livre circulação que temos que abraçar. Se fecharmos aqui nos nossos dois ilhéus São Tomé e Príncipe e dissermos aos nossos parceiros as pessoas que nós vimos pedindo que nem cegos tudo e para tudo, que nós só lhes concedemos o pouco que temos e a possibilidade e direito de deixar entrar ou não entrar no nosso país e exigirmos reciprocidade eu diria que estávamos errados e não iríamos longe e não tomaríamos sequer por sério impor. Há países que podem fazer isso porque são países que apresentam características, apresentam oportunidade de investimentos que interessam sobremaneira os outros países. E nós podemos citar. Toda gente quer ir a Angola bater as portas todos os dias.

Toda gente quer ir a Guiné Equatorial bater as portas, porquê? Porque eles têm reais oportunidades de investimento. Olhemos para o nosso país em 40 anos. Conta-se nos dedos das mãos os investimentos que já tivemos aqui neste país. Temos o Pestana, Ilhéu das Rolas, Club Santana, Omali Lodge, Ilhéu Bombom e agora o sul-africano de HBD no Príncipe. Durante 40 anos é isso, meus senhores! E o nosso país não pode desenvolver, não pode almejar vida melhor que toda gente diz, não pode senão agir sob aqueles instrumentos susceptíveis de atrair investimento para São Tomé e Príncipe.

Não é só o visto, há outras reformas e estamos a fazê-las. Mas o visto é um elemento crucial. É a nossa disponibilidade de aceitar o outro e esse é o primeiro passo. Aquele que abra a sua porta é aquele que diz, estou pronto para aceitar o outro e depois conversamos sobre o quê. Agora, quando permanecemos um país, diria até caricaturalmente fechado. Porque um país em que toda a gente que chega a embaixada obtém o visto e que não há nenhum mecanismo de escrutínio, não há nenhuma base de dados para ver se esse indivíduo já praticou algum crime noutra sítio, não há nada. Ele chegou, o funcionário toma e carimba e assim tem visto. Digo, que risco não corríamos antes e estaríamos a correr hoje? É uma falsa questão mas se digo isto e se levo todo esse tempo para explicar isto é porque esta é a minha convicção profunda e não uma questão meramente formal e de soberania.

A forma de exercer a soberania nacional hoje mudou. Mudou completamente a forma de exercer a soberania hoje. Mesmo países como Butão considerados remotos, atrasados fechados, basta dar uma vista de olhos na literatura que corre por aí é para perceber que esses países abriram e criaram mecanismos de facilitação e de abertura de visto porque essa é a via e não há outra. E por outro, a outra é continuar, estarmos a fazer o que sempre fizemos e obtendo o que sempre obtivemos. Mas é contra isso que lutamos e não poderemos continuar resignados, resignados... É preciso trilhar outros caminhos do que aqueles que já trilhamos até hoje. De outro modo, a política será coisa para toda gente porque pode não fazer nada. Mas fazer alguma coisa não é para toda gente.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— Nós estamos com alguma dificuldade de intervir neste tema tendo em conta aquilo que se decidiu na distribuição de tempo. Conceder 4 minutos para cinco Deputados discutindo uma lei acho que é um tempo muito reduzido. No entanto vamos fazer um esforço para deixar aqui a nossa opinião. Consideramos que a iniciativa do Governo em abrir o país ao mundo é boa e aliás o mundo não deveria ter fronteira mas por causa de alguns prevaricadores, o mundo tem fronteira.

Cada um vai a sua maneira controlar a segurança em preservação da sua soberania que existe. Nós podemos estar a perder mas a soberania existe na minha opinião. O fundamento ou argumento do Sr. Ministro logo na apresentação da lei sinceramente subscrevo por baixo mas há uma falha clara do Governo neste aspecto porque há uma bíblia que o Governo deve seguir na sua governação e foi aqui sufragado embora de forma inédita pouco mais de uma hora no programa do governo. E procurei neste documento quer no capítulo desenvolvimento de turismo, quer na política externa não vi explanada no programa essas iniciativas que são boas que aqui anunciou com os argumentos, os pilares, os fundamentos que aqui nos elucidou.

No entanto retomo a questão levantada pelo Sr. Deputado Arlindo Barbosa e com alguma tristeza. Dizer que não estamos em condições de pedir nada a ninguém porque já beneficiamos de apoios externos quando estamos a falar de vistos de entrada de cidadãos e então estamos a abrir o nosso país. Já disse aqui que é uma boa iniciativa, não devia ter fronteira sequer. E então os nossos cidadãos, aqueles que vão pelo menos a Portugal, os jovens que ficam madrugada na embaixada a espera, pagam inclusive alguns emolumentos e depois vêem os seus vistos indeferidos. Isto não devia ser discutido pelo menos com Portugal? Os homens de negócio, algumas outras pessoas que viajam ou que têm necessidade de ir para Portugal não devia Governo ver essa questão como uma das oportunidades para o povo que aqui o Sr. Ministro disse que não quer abrir o mundo apenas para pessoas que têm passaporte diplomático e passaporte de serviço mas abrir ao povo destes países e nós fechamos o nosso povo.

Quartamos o nosso povo essa possibilidade quando o Governo com essa iniciativa na nossa opinião devia também aproveitar para encetar contactos pelo menos com alguns países. Eu sublinho sobretudo Portugal. E na 1.^a Comissão levantamos essa questão e esperava que vinha na recomendação. Porque levantou-se essa questão que a lei devia sim ser submetida a Assembleia mas com recomendação da 1.^a Comissão encontrar com o Ministro de Negócios Estrangeiros e da Administração Externa para discutirmos a questão da reciprocidade sobretudo com alguns países que identificamos.

Não estamos a falar que queremos reciprocidade com Estados Unidos, não queremos reciprocidade com todos os países da Europa e nem Canadá. Estamos a falar de alguns países que nossos cidadãos têm necessidades de se deslocarem para lá e que encontram entrave inclusive alguns Deputados que estão cá hoje com passaporte diplomático estão a beneficiar mas amanhã quando deixarem de ser Deputados também encontrarão esses entraves.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD):— Sr. Presidente, atentamente ouvi a intervenção do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares para dizer que essa iniciativa é boa, mas temos que ver para o nosso país. Não é porque estamos na extrema pobreza é que podemos aceitar toda coisa. Temos doentes em Lisboa que saíram de hospital mas não têm condições de chegarem cá em São Tomé, é triste.

Temos que ver para nós também e não podemos ver que devido a nossa pobreza temos que negociar. Vermos para o nosso país e para o nosso povo. Estou de acordo com a situação em de abrir o país para o

mundo inteiro mas temos que saber negociar porque vejo muitos empresários que vieram e todos os dias estão a chatear o nosso Banco. E próprios nacionais não têm possibilidade. Eles têm empresas e estão a rasca todos dias e estão a bater porta e devendo muito dinheiro ao Banco. Mas são estrangeiros que vieram para investir no país. Eles vêm sem condições, aperta-nos outra vez a passo que nacionais não têm possibilidade. Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, senhor é filho da terra e senhor tem família, negoceia bem senão a tua família e o teu filho também irá sofrer.

O Sr. **Presidente**:— Gostaria de pedir as bancadas uma atenção com a gestão do tempo. Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Gostaria de saudar e dizer ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que não há dúvidas, porque se trata de uma boa medida, porque países como São Tomé e Príncipe, tem que, sim abrir-se ao exterior. Sem essa abertura não será possível garantir-se esse desenvolvimento que se quer e, sobre tudo na área do turismo. Mas também não posso deixar de aqui acrescentar Sr. Ministro, que essas medidas todas comportam risco, como próprio foi reconhecido por si. Nós estamos a dizer e reconhecemos todas as estratégias de desenvolvimento desse País, diz que o nosso Turismo tem que ser de qualidade, o País não tem condições para desenvolver um Turismo de massa.

Se nós não nos acautelarmos, podemos também ter esse problema, porque já se fala de voos charter para São Tomé e Príncipe, com a isenção de visto, podemos correr o risco também de começar a promover aqui um turismo de massa e é isso que temos que ter cuidado, porque sabemos que o turismo de massa também traz consequências muito negativas para o País.

Outra preocupação, é de saber como é que o governo conseguirá controlar este prazo de 15 dias? Nós sabemos que as pessoas entram e permanecem e, não temos ainda um mecanismo de controlo, esgotados 15 dias como é que saiem? Será que haverá Polícia a controlar a saída? Se alguém vem e mete-se ali para o Brigoma, ou aí para o Porto Alegre, e tem uma família de acolhimento, gostou da terra ficou aqui e, como é que vamos saber que já se esgotaram os 15 dias e que ele tem que sair. Portanto, são coisas que constituem também para nós preocupações, uma coisa é tomar medidas, e a outra coisa é controlar. Sem o controlo poderá também trazer-nos muitos problemas. Daí que eu exorto ao governo que ao adoptar essa medida tenha o mecanismo de controlo.

Por outro lado eu quero também subscrever aqueles que falaram da questão de reciprocidade, sobretudo para os Países da CPLP. Nós sempre falamos da necessidade da circulação de pessoas e bens ao nível dos nossos Países da CPLP e, até isso não se concretizou. Vamos a rua e perguntamos as pessoas, o quê que é CPLP? Muita gente nem sabe o quê que é CPLP. Porque não sentem ainda a CPLP nas suas vidas. Pede-se um visto...

Como foi aqui dito o trabalho que tem para receber esse visto muitas vezes é-lhe negado mesmo pagando, sobretudo Portugal que é a nossa porta de entrada. Então se fosse possível nós também discutirmos alguma reciprocidade, eu julgo que também sairíamos a ganhar, porque temos estudantes, doentes, como aqui também foi dito, temos homens de negócios que querem sair para poderem também contribuir para o desenvolvimento desse País e são muitas vezes privados na obtenção do visto. Daí que eu julgo que faseadamente podia-se discutir também essa questão de reciprocidade, sobre tudo nos Países da CPLP, para facilitar também os nosso homens de negócios, facilitar os nossos jovens que querem dar continuidade aos seus estudos e, facilitar as pessoas. Porque estamos a falar de uma Comunidade, que é a lusófona que devia sim, haver a circulação de pessoas e bens no espaço da CPLP.

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra ao próximo inscrito, que é o Sr. Deputado Joaquim Salvador para uma intervenção.

O Sr. **Joaquim Afonso** (ADI): — Sr. Presidente, bom dia, Sr. Ministro bom dia, caros Srs. e Sras. Deputadas.

Tomo a palavra apenas para juntar aqui a minha voz, a todos aqueles que me antecederam, para dizer primeiramente ao governo que através do Sr. Ministro aqui presente, que estão sinceramente em bom caminho, e eu felicito o governo pela coragem que efectivamente tiveram para tomar essas devidas decisões. Estão de parabéns! Não quero com isso dizer que tudo que aqui foi dito não merece consideração, mas merece sim senhor, mas merece também aquilo que o Sr. Presidente, no seu discurso disse e pediu é trabalho através dos elementos próprios da Assembleia para dizer que tudo não pode ser feito de uma só vez. O governo decidiu tomar essa decisão e está muito bem. Nós devermos, é ajuntarmos a esses esforços para darmos conta de recado e, também no posterior o governo poder sim diligenciar para a questão de reciprocidade que também precisamos.

Para terminar deixaria só um exemplo, que já em 2008, também vimos aqui 35 jovens, na Embaixada a serem molhados pela chuva a espera de um visto para poderem seguir os seus caminhos para Portugal. E já naquela altura pensávamos também na reciprocidade. Quando dissemos aqui na altura o governo que havia a necessidade, de dar uma atenção a esta questão, nós fomos mal-entendido. Mas o tempo chama o

tempo e as coisas estão a se fazer. O Governo tem sinceramente apoios de gentes de boa-fé e Deus vos apoie no que estão a fazer.

O Sr. **Presidente**: — De acordo com aquilo que acordamos, não sei se o Sr. Ministro quer usar da palavra.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro tem quatro minutos e quarenta e seis segundos.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, eu serei breve, eu vim para aqui mais por consideração pelas pessoas que falaram. Portanto, não reagir poderia significar alguma desconsideração. Não, eu vim para aqui para dizer que eu reconheço. E, não acho que seja uma aberração, falar-se ou pensar-se em reciprocidade. Isto seria o ideal para nós. Mas o que eu disse, é que é necessário, mas ele deve obedecer a um processo de construção. Somos nós quem temos a necessidade que as pessoas venham e, não eles.

Eles têm mil outras alternativas. Por isso, eu estou a dizer que a reciprocidade é necessária, mas deve obedecer a um processo construtivo. E, esse processo construtivo está em marcha, portanto toda a gente aqui deve lembrar-se ainda, que quando esteve aqui o Secretário de Estado da Cooperação do Governo Português, ainda em vigor, ele anunciou que haveria de se instalar aqui em São Tomé e Príncipe, um centro de emissão do visto da União Europeia. Portanto, é um passo ter-se, escolhido aqui o nosso País nessa altura para se ter um centro de emissão de visto.

Se calhar haverá mais pessoas a emitir o visto, haverá mais pessoas a estudar e a compreender as razões, pelas quais nós pretendermos visto para ir a Portugal, ou visitar outros Países de *Schengen*, portanto o processo se fará. Mas eu disse também que é um processo construtivo que se constrói com políticas, de afirmação, de credibilidade, de seriedade, mas também, de políticas com vista ao desenvolvimento e, crescimento do nosso País, para que ele seja muito mais respeitado. Portanto, era isso. As pessoas que falam de reciprocidade, eu estou plenamente de acordo. Bom, obviamente que encerra o risco, há sempre um risco.

A Dra. Maria das Neves, Sra. Vice-Presidente disse que, se as pessoas vierem para aqui e se esconderem. Eu sei que a própria Sra. Doutora conhece a resposta. Conhecendo obviamente aqui as nossas fragilidades, nós levaremos, e se for essa intenção dele mesmo de se esconder levaremos séculos para o apanhar. Mas, repara nós próprios sabemos o que se passa em Portugal com os nossos. Sabemos o que se passa em Angola com os nossos. Eles que têm máquinas afinadíssimas, bases de dados e têm os serviços da Interpol.

Quantos primos nossos não viveram sobre a ilegalidade? Mas eu não estou a falar e necessariamente no crime. Porque, muitos deles, e vou falar de me mesmo. Eu tenho uma sobrinha que acabou o curso, foi a Portugal com um visto, e hoje ela é Magistrada, entretanto ela foi para Portugal com um visto de turismo, fez o curso, acabou e não tinha conseguido o visto de permanência. Mas permaneceu em Portugal. Só no último ano é que ela decidiu abrir a cara e foi enviada para São Tomé, a sua terra de origem para receber o visto e ela conseguiu, pensamos até que foi um truque para expulsar a menina. Mas como ela nunca havia reprovado e, tinha notas excelentes, teve que vir a São Tomé receber o visto e depois regressar para fazer os exames finais.

Estamos a falar de Portugal, que tem os mecanismos e tudo que tem. Estamos a falar de uma pessoas que até nem se quer andou escondida, porque ia a Universidade todos os dias tinha boas notas e, nunca reprovou. Ah! Estou até a mentir. Acabou o curso e estava a fazer uma pós graduação quando veio, porque isso foi até o conselho que nós demos. Havia esse risco de te mandarem para São Tomé. Perguntem ao Sebastião Santos, que essa casa conhece muito bem, porque é Deputado do PCD, é também sobrinha dele e ele confirma esse facto que estou aqui a relatar.

Por isso, eu quero dizer que há esse risco por parte das pessoas que referiram. Mas nós também não podemos na política, fazer apenas as coisas que não contêm riscos. Temos que fazer as coisas que têm riscos, mas temos é que saber mitigar. Temos é que tomar como foi aqui dito tomar medidas internas para poder mitigar esse risco. Agora pelo medo do risco, que ele se realize, ou se concretize e, não fazer nada, eu acho que é mais errado do que assumir esse risco que existe e trabalhar para merecermos e, para construir essa reciprocidade que todos almejamos.

O Sr. **Presidente**: — Só temos mais um inscrito, que é o Sr. Deputado José António.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António para usar da palavra.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, senti-me ultrapassado, pela explicação do Sr. Ministro. Mas, vim usar da palavra no sentido de também deixar aqui a minha preocupação com relação a esta questão. Porquê? Estamos a falar da questão da reciprocidade, acho muito importante, porque de facto há muitos cidadãos santomenses que precisam de visto para entrar sobretudo nos Países da CPLP. Estamos a falar de Países como; Portugal, Angola e outros. No entanto, no meu ponto de vista essa questão de reciprocidade, acho que é uma matéria que deveria vir *a posteriori*.

O Governo deu um passo importante, que é abrir o País, não é São Tomé e Príncipe, a alguns Países, não digo todos e, a questão de reciprocidade pode vir também depois desse passo importante que foi dado. Diria que é um sinal dado pelo Governo. O que poderia talvez ao Sr. Ministro já agora, é que ao nível do executivo que, começassem a incitar contactos com os outros Estados da CPLP, no sentido de vermos de facto como é que poderemos trabalhar para encontrar a possibilidade para que os cidadãos da Comunidade da Língua Portuguesa possam circular livremente. Acho que é uma matéria que se pode ver e analisar posteriormente.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais inscritos, encerraríamos o debate e passaríamos à votação.

Sras. e Srs. Deputados, peço que evitem as entradas e as saídas da Sala porque vamos iniciar a votação.

Vamos iniciar o acto de votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado com 49 votos a favor.

Gostaria de anunciar às Sras. e Srs. Deputados que deu entrada na Mesa um requerimento, de acordo com o artigo 163.º do Regimento da Assembleia Nacional, avocando a discussão na especialidade deste diploma no Plenário.

O requerimento foi subscrito pelos Srs. Deputados Idalécio Quaresma, Arlindo Santos, Martinho Domingos, Ossáquio Riôa e Ângela Pinheiro.

Conforme diz o nosso Regimento, artigo 163.º, passemos à votação do próprio requerimento, avocando mais uma vez. Sabemos que o processo normal seria a Comissão depois trabalhar sobre isso, mas os cinco deputados avocaram para ser votado aqui na especialidade este diploma.

Podemos deliberar, de acordo com o que diz o Regimento.

Passamos então à deliberação do requerimento. Vamos votar na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor e 18 abstenções.

Passemos então à votação na especialidade.

Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor e 19 abstenções.

Passemos à votação do artigo 1.º.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor e 19 abstenções.

Passemos à votação do artigo 2.º

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor e 19 abstenções.

Passemos à votação do artigo 3.º.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor e 19 abstenções.

Passemos à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor e 19 abstenções.

Srs. Deputados o diploma foi aprovado.

Aplausos do ADI.

De acordo com os nossos trabalhos, temos o 4.º ponto que é a análise e aprovação, na generalidade, do projecto de lei n.º 3/2015, Protecção de Dados Pessoais. Gostaria de convidar o primeiro subscritor da iniciativa a fazer a apresentação.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel.

O Sr. **José Manuel** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, vou proceder à apresentação do projecto de lei de protecção de dados pessoais.

«O presente projecto de lei tem por objectivo dar ordenamento jurídico e institucional ao tratamento de dados pessoais, bem como a protecção dos direitos individuais das pessoas, de acordo com a Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

O tratamento de dados é hoje uma realidade cada vez mais presente no nosso quotidiano, especialmente quando experimentamos o avanço das tecnologias de informação, em especial, a Internet e suas aplicações nas mais diversas áreas de nossa vida em sociedade.

Até pouco tempo era inimaginável pensar nas aplicações e interação que a Internet teria no nosso dia-a-dia, ao mesmo tempo que podemos imaginar que isto continuará em ritmo acelerado e de incremento, tendo em vista a velocidade em que as novas tecnologias são desenvolvidas para comunicação com as pessoas.

Atendendo à urgente necessidade de criação de base de dados única do cidadão, condição *sine qua non* para a implementação de governação electrónica, através do sistema integrado ou ainda da interoperabilidade semântica. Atendendo ainda que São Tomé e Príncipe, enquanto um Estado pertencente à comunidade global, deve afirmar através de um diploma o princípio de que a vida privada deve ser protegida sem prejuízo das mais variadas vantagens decorrentes da circulação dos dados pessoais.

Dentro destas realidades e necessidades, se faz necessário estabelecer normas legais para disciplinar tais relações, especialmente para dar protecção à individualidade e à privacidade das pessoas, sem impedir a livre iniciativa comercial e de comunicação, em conformidade com as mutações próprias do processo do desenvolvimento económico.

Atendendo ao estipulado na Constituição da República e nos demais instrumentos jurídicos com eficácia em São Tomé e Príncipe, a presente proposta de lei que comporta 9 capítulos e 47 artigos estabelecem as condições em que é permitida a utilização de dados pessoais e os termos em que os responsáveis pelo tratamento desses dados e os seus titulares podem proceder para efeitos de garantia dos direitos e obrigações.

Gostaria de realçar ainda que no processo de feitura deste projecto de lei, contou-se com ajudas e participação da sociedade civil profissionais na área de conhecimento, na área das tecnologias de informação e juristas, dos quais, Sr. Presidente, com a sua permissão, passo a citar os nomes: André Aureliano Aragão, Raúl Bragança Neto, Carlos Crisóstomo, Versátil, Abílio Neto, Didier Lima, Celso Junqueira, José Manuel Costa Alegre, Yasser Silveira d'Almeida, Isabel Santos, Olívio Daio, Sukeina Bragança Neto, Leorta Viegas, Ludomilo Tiny, Maria Alves Neto, Óscar Santos, Raúl Jorge de Oliveira, Octávio Daio e Oque Santos.

Feito em São Tomé, aos 6 de Julho de 2015.

Os Deputados subscritores: José Manuel Costa Alegre, Idalécio Quaresma, Maria das Neves, Abnildo d' Oliveira e Mário Fernandes.»

O Sr. **Presidente**: — Depois de ouvimos o primeiro subscritor da iniciativa, passaria a palavra ao Sr. Presidente da Comissão, ou a um Deputado a ser indicado.

O Sr. **Evaristo de Carvalho** (ADI):— Sr. Presidente, com vossa permissão, indico a relatora, a Sra. Deputada Alda Ramos.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI):— Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, bom dia e bom trabalho. O parecer é do seguinte teor:« Parecer da 1.ª Comissão Especializada, relativo ao projecto de lei n.º 3/X/2015, Protecção de Dados Pessoais.

Introdução.

A iniciativa legislativa é apresentada por um grupo de Deputados, no âmbito do seu poder de iniciativa e em conformidade com o disposto na alínea b) do artigo 97.º da Constituição da República, bem como nos artigos 136.º e 142.º do Regimento da Assembleia Nacional.

A iniciativa deu entrada na Mesa da Assembleia Nacional e baixou no dia 13 de Outubro de 2015 à Comissão de Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais, Direitos Humanos, Género, Comunicação Social e Administração Interna, 1.ª Comissão Especializada Permanente, para elaboração do competente parecer.

A iniciativa obedece à Lei do Formulário. Mostra-se redigida sob a forma de artigos, tem uma designação que traduz sinteticamente o seu objecto principal e é precedida de uma exposição de motivos, cumprindo assim os requisitos formais constantes dos nºs 1 e 2 do artigo 143.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Objecto.

O presente projecto de lei estabelece as condições em que é permitida a utilização de dados pessoais e os termos em que os responsáveis pelo tratamento desses dados e os seus titulares podem proceder para efeitos de garantia dos direitos e obrigações.

O presente projecto de lei consagra três linhas relevantes, em matéria de tratamento de dados pessoais, sendo:

Em primeiro lugar, consagram-se o consentimento do titular e as estreitas situações de necessidade como requisitos fundamentais de tratamento dos dados pessoais;

Em segundo lugar, a transferência de dados pessoais para local fora do Território Nacional fica

condicionada pela garantia de protecção conferida por este ordenamento jurídico.

Em terceiro lugar, serão responsabilizados todos aqueles que, em incumprimento deste dispositivo legal, procederem no sentido da não protecção dos dados pessoais a que tiver acesso, ficando sujeitos quer às sanções aqui previstas, quer às constantes de outras leis para que esta remete.

A informática deve estar ao serviço do cidadão. O seu desenvolvimento deve estar enquadrado no âmbito da cooperação internacional, sem prejuízo a identidade humana, aos direitos do homem, a sua vida privada e nem as liberdades individuais ou públicas.

Conclusão.

O projecto de lei n.º 3/X/2015, por iniciativa de um grupo de Deputados, reúne os requisitos Constitucionais e Regimentais para ser apreciado pelo Plenário da Assembleia Nacional.

Recomendação.

Entretanto, a Comissão recomenda que, após a sua aprovação na generalidade, sejam convidados representantes do Ministério Público para participar na discussão na especialidade, com vista a evitar os conflitos de competências.

Assembleia Nacional, aos 26 de Outubro de 2015.

O Presidente, Evaristo Carvalho.

A Relatora, Alda Ramos.»

O Sr. **Presidente**: — Depois do parecer da comissão está aberta então as inscrições para intervenções. Já temos um inscrito, tem a palavra Sr. Deputado Arlindo Semedo. Quem quer se inscrever está aberto a inscrição.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, estamos na discussão, na generalidade, dessa iniciativa, primeiro para agradecer e felicitar as Sras. e Srs. Deputados subscritores dessa proposta, porque vem em boa hora, como sabem o domínio de protecção dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos, designadamente e da protecção de dados pessoais, é seguramente uns dos que carece duma profunda regulamentação, por isso é que chega de facto essa iniciativa em boa hora. Gostaria de felicitar também a 1.ª Comissão pela recomendação que faz no parecer para que no quadro da discussão, na especialidade, em Comissão possa envolver mais a justiça, enfim, e os órgãos ligados a matéria.

Estamos na discussão generalidade, penso posteriormente ter a oportunidade na especialidade de poder abordá-la. Contudo, no documento numa das passagens faz referência a uma agência, a criação eventualmente da agência ou quem vai seguir esse texto. Mais no texto não tem como é que isso é composto, quais são as competências e as atribuições dessa agência, porque nas legislações comparadas, tive a oportunidade de ver outras leis comparadas que faz referência a comissão de protecção de dados pessoais, mais aqui os autores fazem referência da agência de protecção, mas se formos ver a lei todo no geral não tem a composição ou a criação dessa agência ou tal comissão. Por isso é que eu gostava de perceber melhor, o alcance dessa gestão aqui de agência, isto está no artigo 22.º, se bem que não estamos na especialidade.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, a inscrição está aberta.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel.

O Sr. **José Manuel** (ADI): — Obrigado, Sr. Deputado Arlindo Barbosa, pelo reparo, realmente no processo de feitura da lei percebemos isso, mas ficamos numa situação de que será que a lei iria já criar a tal agência? Ou a instituição competente pela execução e materialização da lei teria competência de criar a tal agência. Por isso, estando na perspectiva de remeter, digamos, a um possível regulamento que a própria agência poderá ter para seu funcionamento.

Daí que fica esse espaço aberto, tem um aspecto que pode ser discutido na especialidade, juntamente com os juristas que percebem melhor disto, a forma de nós remetermos, digamos, essa competência da agência para o regulamento provável da agência. Essa agência que terá a competência conforme menciona aí, entendemos que na face da criação da lei não era necessário identificarmos ou se calhar prevermos já a criação da agência, porque entendemos que não era a competência.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr. Deputado Arlindo Semedo.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — É bom percebemos porque não esta na lei. Como é que fica o mandato, o funcionamento, a composição, largamos tudo para agência ou há um regulamento? Ou fica já definido na lei? É só para perceber isso, porque não sei se vamos deixar isso só para agência. Concordo que podemos ouvir os juristas para nos aconselhar nesta matéria. Mas há questão do mandato, do funcionamento, das atribuições, das competências em relação a tal agência ou a tal comissão que se pretenda criar, não sei se fica já na lei o mandato, a composição e as atribuições e depois caberá depois regulamentar.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel.

O Sr. **José Manuel** (ADI): — Sr. Presidente, Nós entendemos na altura que a instituição ou órgão responsável pela tutela da tal agência teria a responsabilidade de regulamentar agência desde do seu organograma até a sua estruturação própria. Daí que entendemos que não era necessário que a regulamentação da própria agência fizesse parte da lei. Por isso é que como disse na discussão na especialidade e a primeira comissão recomenda que venha cá o pessoal da do Ministério Público, acho que aí teríamos uma equipa para discutimos de forma descomplexada esses aspectos.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais inscritos, vamos de imediato passar a fase de votação, na generalidade, desta iniciativa. Chamo atenção às entradas e saídas dos Srs. Deputados na Sala. Estamos na votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado com 48 votos a favor.

Portanto, está aprovado na generalidade a projecto de lei n.º 3/X/15, Proteção de Dados Pessoais.

Depois desta votação, de acordo com agenda que temos, terminamos os trabalhos para hoje, desejo a todos um bom regresso, e como é a primeira reunião nessa sessão, sucessos nos vossos trabalhos nas comissões e não só aqui na Casa Parlamentar, pelo que declaro encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 35 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d' Oliveira**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
José da Graça **Diogo**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Jorge Amado

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias **Correia**
José Luís **Xavier de Mendes**